

O PROJETO DE JOSÉ BONIFÁCIO PARA CIVILIZAÇÃO DOS ÍNDIOS DO BRASIL NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

MARIA LUISA FURLAN COSTA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

O objetivo deste trabalho constitui-se na análise dos **Apontamentos para a civilização dos Índios do Brasil**, apresentado por José Bonifácio (1763-1838) como projeto de lei à Assembléia Geral Constituinte, em 1823, que contém um programa de integração dos índios à sociedade nacional.

Embora as referências encontradas na historiografia brasileira sobre José Bonifácio¹ apontem quase que exclusivamente para o fato de ser este o Patriarca da Independência do Brasil, vale ressaltar outros aspectos de sua vida, especialmente quanto aos estudos realizados na Europa a partir de 1783, quando se matriculou na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. A partir de então, Bonifácio frequentou os cursos de Filosofia e Matemática da mesma universidade e, posteriormente, os cursos de Mineralogia e Química da Escola Real de Minas em Paris.

Além dos aspectos destacados quanto à sua formação intelectual, evidenciam-se ainda os cargos públicos ocupados por José Bonifácio no decorrer de sua vida, especialmente no período em que viveu na Europa, como o de secretário da Academia Real das Ciências de Lisboa, o de Intendente Geral das Minas e Metais do Reino e Diretor do Real Laboratório da Casa da Moeda de Lisboa.

José Bonifácio retorna ao Brasil em 1819 e envolve-se diretamente no processo de independência do Brasil, sendo nomeado por D. Pedro I como ministro do Reino e dos Estrangeiros, tornando-se ministro do Império e Negócios Estrangeiros após a oficialização da independência. Em 1823 pede demissão deste cargo e assume seu lugar como deputado da Assembléia Constituinte², sendo esta fechada por D. Pedro no mesmo em função de sua não aprovação do projeto de Constituição.

¹ Para um estudo mais aprofundado dos aspectos biográficos de José Bonifácio recomenda-se a introdução e a cronologia apresentada por Mirian Dolhnikoff no livro por ela organizado, que tem como título **Projetos para o Brasil/José Bonifácio de Andrada e Silva**. Além deste, destaca-se o livro **Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio**, de Ana Rosa Cloet da Silva, especialmente o capítulo 1 que trata da biografia e historiografia de José Bonifácio.

² Após o encerramento das atividades da Assembléia Constituinte, Bonifácio vive um período de Exílio (1823-1829) e volta ao cenário político brasileiro, sendo ainda indicado como tutor de D. Pedro II em 1831.

Na condição de deputado, Bonifácio tinha a pretensão de construir na América um país moderno e civilizado, projeto este que colocava na ordem do dia reformas de grande alcance que atacassem o que considerava ser os entraves para a conquista da civilização, quer seja, *“a heterogeneidade racial e cultural, a escravidão, a política indigenista e a profunda ignorância que grassava entre os brancos, negros e índios no período de constituição do Império brasileiro”*.

Para vencer essas dificuldades, Bonifácio pregava o fim da escravidão e a civilização dos índios do Brasil que, a seu ver, tornariam os escravos inúteis com o passar do tempo. As questões mais específicas de sua proposta para abolição gradual da escravidão estão presentes em sua **Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura**, na qual propõe o fim do tráfico negreiro e a emancipação gradual da escravidão.

Vale ressaltar que, tanto em seus **Apontamentos para a civilização dos Índios do Brasil** quanto em sua **Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura**, Bonifácio recomenda cautela para efetivar o projeto de integração de todos os homens à nação brasileira, pois a emancipação sem prejuízos para a sociedade seria aquela que converteria gradualmente os escravos em homens livres e capacitados para o trabalho produtivo.

A proposta gradual de abolição apresentada por Bonifácio decorre de sua preocupação com a organização da sociedade, pois a mudança na forma do trabalho deveria levar, automaticamente, a uma revisão do processo educativo. No período em que o Brasil deixa de ser colônia de Portugal, as propostas educacionais estão estreitamente vinculadas aos escritos que apontam para a necessidade da abolição, bem como para a importância de se disciplinar os homens para o trabalho livre e produtivo, nos moldes exigidos pelo mercado mundial.

Mesmo reconhecendo a existência de um vínculo muito estreito entre as propostas de Bonifácio para emancipação dos escravos e seu programa de integração dos indígenas à nação brasileira, apresentamos neste trabalho uma análise específica do projeto destinado à civilização dos índios do Brasil.

O projeto de José Bonifácio apresenta-se dividido em duas partes. A primeira contém uma discussão sobre as questões que dificultam a prática de uma política indigenista e, a segunda, consiste na apresentação de 44 propostas que poderiam viabilizar e facilitar a civilização dos índios.

José Bonifácio inicia os seus apontamentos dispondo-se a tratar do modo de catequizar os índios do Brasil, matéria considerada por ele de suma importância, mas ao mesmo tempo, de grandes dificuldades na sua execução. Tais dificuldades nascem, segundo ele, da natureza e estado em que se acham os índios bravos do Império do Brasil e, também, do modo com que portugueses e brasileiros tratam os índios, ainda quando desejam domesticá-los e fazê-los felizes.

Vou tratar do modo de catequizar, e aldear os índios bravos do Brasil: matéria esta de sua importância: mas ao mesmo tempo de grandes dificuldades na sua execução. Nascem estas: (1^o) da natureza, e estado em que se acham estes índios; (2^o) do modo com que sucessivamente portugueses e brasileiros temos tratados, e continuamos a tratar, ainda quando desejamos domesticá-los e fazê-los felizes.³

Ao chamar atenção para as dificuldades de se catequizar e civilizar os índios, tanto no que concerne à sua natureza quanto ao modo como os índios são tratados pelos portugueses e brasileiros, Bonifácio insiste na possibilidade de se ter sucesso no processo civilizatório, desde que se utilize métodos e práticas adequadas para “*converter esses bárbaros em homens civilizados*”, uma vez que, a seu ver, “*mudadas as circunstâncias, mudam-se os costumes*”. Ao apresentar um programa para civilização dos índios Bonifácio parte do princípio que em seu estado de natureza o homem primitivo não é bom e nem mal, mas sim um mero autômato, cujas molas podem ser postas em ação pelo exemplo, educação e benefícios.⁴

Tenho pois mostrado pela razão, e pela experiência, que apesar de serem os índios bravos uma raça de homens inconsiderada, preguiçosa, e em grande parte desagradecida e desumana para conosco, que reputam seus inimigos, são contudo capazes de civilização, logo que se adotam meios próprios, e que há constância e zelo verdadeiro na sua execução. Nas atuais circunstâncias do Brasil e da política européia, a civilização dos índios bravos é objeto de sumo interesse e importância para nós.⁵

Embora reconheça a possibilidade e a necessidade de tal empreendimento, Bonifácio chama atenção para as dificuldades encontradas para viabilizar, com sucesso, o processo civilizatório. Quanto a estas dificuldades destacam-se as que são provenientes do modo com

³ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. “Apontamentos para civilização dos índios bravos do Império do Brasil”. IN: DOLHNIKOKK, Mirian (org). **Projetos para o Brasil/José Bonifácio de Andrada e Silva**, p 89.

⁴ Id., *ibid.*, p. 96.

⁵ Id., *ibid.*, pp. 101-102.

que sucessivamente portugueses e brasileiros tratavam os índios, conforme podemos observar na passagem que segue:

(...) Quem ler o diálogo que traz Léry na sua viagem ao Brasil entre um francês e um velho carijó conhecerá que não falta aos índios bravos o lume natural da razão. Não obstante isto crê ainda hoje muita parte dos portugueses que o índio só tem figura humana, sem ser capaz de perfectibilidade. Eu sei que é difícil adquirir a sua confiança e amor; porque, como já disse, eles nos odeiam, nos temem, e podendo nos matam, e devoram. E havemos desculpa-los; porque com o pretexto de os fazermos cristãos, lhes temos feito e fazemos muitas injustiças e crueldades. Faz horror refletir na rápida despovoação desses miseráveis depois que chegamos ao Brasil... Calcula o padre Vieira que em trinta anos, pelas guerras, cativeiros e moléstias, que lhes trouxeram os portugueses, eram mortos mais de dois milhões de índios.⁶

Bonifácio insiste na importância de se adotar uma política adequada para catequização e civilização dos índios selvagens que, a seu ver, deveria imitar e **aperfeiçoar** os métodos utilizados pelos jesuítas que, *com o evangelho em uma mão, e com presentes, paciência, e bom modo na outra tudo deles conseguiam.*”

Vale reforçar que o programa de civilização apresentado por Bonifácio tem uma intenção claramente definida, que se traduz numa política de integração do índio ao projeto de construção da nação brasileira e, neste sentido, se atribui ao próprio Governo do Brasil a *“sagrada obrigação de instruir, emancipar, e fazer dos Índios e Brasileiros uma nação homogênea e igualmente feliz”*.

Mais do que isto, percebe-se a intenção velada de se converter os índios aos interesses da nação, o que se evidencia numa observação de José Bonifácio sobre a importância de fazer com que os indígenas adotem, aos poucos, os costumes dos brasileiros.

Os índios são um rico tesouro para o Brasil se tivermos juízo e manha para aproveitá-los. Cumpre ganhar-lhes a vontade tratando-os com bom modo, e depois pouco a pouco inclinar sua vontade ao trabalho e instrução moral, fazendo-os ver que tal é o verdadeiro interesse, e que devem adotar nossos costumes, e sociedade. Eles aprenderão a nossa língua, e se mesclarão conosco por casamentos e comércio.⁷

⁶ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. “Apontamentos para civilização dos índios bravos do Império do Brasil”. IN: DOLHNIKOKK, Mirian (org). **Projetos para o Brasil/José Bonifácio de Andrada e Silva**, p 89. p. 97-98.

⁷ Id., *ibid*, p. 144-145.

É com este intuito que Bonifácio apresenta, em forma de artigos, os meios de que se deve lançar mão para a pronta e sucessiva civilização dos índios, nos quais se percebe, de fato, uma aproximação com as práticas políticas, religiosas e pedagógicas dos jesuítas.

Considerando ser praticamente impossível, nos limites deste trabalho, apresentar uma análise pontual de cada um dos artigos do projeto de civilização dos índios apresentado por José Bonifácio, destacamos somente os artigos que tratam, de modo mais específico, das propostas educativas que muito poderiam contribuir para a integração dos indígenas à nação brasileira.

A título de exemplo, vejamos o artigo do projeto de Bonifácio que trata da criação de um colégio de missionários, bem como dos conteúdos recomendados para instrução e catequização dos índios do Brasil.

Criar para a catequização dos índios um colégio de missionários, cuja organização religiosa seja pouco mais ou menos como a dos padres da congregação de São Felipe Néri, os quais, além da probidade e zelo pelo cristianismo, devem instruir-se pelo menos na língua geral ou guarani, e se possível for também nas particulares das raças numerosas; e nos usos e costumes dos mesmos índios bravos; pois foi ignorância crassa, para não dizer brutalidade querer domesticar e civilizar os índios à força de armas, e com soldados e oficiais pela maior parte sem juízo, prudência, e moralidade.⁸

As referências à necessidade da instrução é praticamente uma constante ao longo do documento, como se observa na transcrição de um outro artigo do projeto civilizador de José Bonifácio:

Nas grandes aldeias centrais, além do ensino de ler, escrever, e contar, e catecismo, se levantarão escolas práticas de artes e ofícios, em que irão aprender os índios dali, e das outras aldeias pequenas, e até os brancos e mestiços das povoações vizinhas, que depois serão distribuídos pelos lugares em que houver falta de oficiais, cedendo-lhes a isenção de servir a tropa paga.⁹

Outra questão relevante refere-se à instrução das crianças que, no entender de Bonifácio, estão mais propensas de serem civilizadas por não estarem tão apegadas aos erros e costumes de sua cultura, tal como comumente ocorre com os adultos.

⁸ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. “Apontamentos para civilização dos índios bravos do Império do Brasil”. IN: DOLHNIKOKK, Mirian (org). **Projetos para o Brasil/José Bonifácio de Andrada e Silva**, p. 104

⁹ Id., *ibid.*, p. 109.

Na aldeação dos índios não forçarão os missionários a que os velhos e adultos deixem logo seus erros e maus costumes; porque é trabalho baldado querer de repente mudar abusos inverterados de homens velhos e ignorantes, ou obriga-los a trabalhos seguidos e penosos; por isso se esmerarão principalmente em ganhar a mocidade com bom modo e tratamento, instruindo-a na moral de Jesus Cristo, na língua portuguesa, em ler, escrever, e contar (...).¹⁰

Em um outro artigo de seu projeto de civilização Bonifácio chama atenção para a importância de se instruir os índios para exercer atividades vinculadas à agricultura, iniciando com as tarefas mais simples e com aquelas para as quais os índios demonstram maior habilidade.

Como os índios, pela sua natural indolência e inconstância, não são muito próprios para os trabalhos aturados da agricultura, haverá para com eles nesta parte alguma paciência e contemplação; e será mais útil a princípio ir empregando em tropeiros, pescadores, pedestres, peões e guardas de gado, aos que forem mais frouxos e desleixados; como igualmente em abrir valas, derrubar matos, transportar madeiras dos montes aos rios e estradas, e abrir picadas pelo sertão, para que o que são próprios, ou também ensinando-lhes aqueles ofícios para os quais tiverem mais habilidade e jeito.¹¹

A instrução para o trabalho fica explícita quando se tem referência à necessidade de se acostumar os índios à lavoura por meio do *“uso do arado e dos instrumentos rústicos europeus, para que deste modo lhes fiquem mais suaves os trabalhos da agricultura.”*

O projeto de civilização dos índios de José Bonifácio aponta para a necessidade da instrução dos homens para a organização do trabalho e, neste sentido, contém elementos importantes para compreensão das necessidades educativas de sua época.

Essa questão fica evidente quando se tem a distinção entre os interesses e as necessidades do homem civilizado em comparação com o homem no estado selvático. Enquanto que *“para ser feliz o homem civilizado precisa calcular, e uma aritmética por mais grosseira, e manca que seja, lhe é indispensável”*, o índio bravo, sem bens e sem dinheiro, *“nada tem que calcular, e todas as idéias abstratas de quantidade e número, sem as quais a razão do homem pouco difere do instinto dos brutos, lhe são desconhecidas”*.

¹⁰ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. “Apontamentos para civilização dos índios bravos do Império do Brasil”. IN: DOLHNIKOKK, Mirian (org). **Projetos para o Brasil/José Bonifácio de Andrada e Silva**, p. 107.

¹¹ Id., *ibid.*, p. 111.

Ao fazer esta distinção Bonifácio chama atenção para o fato de que o índio bravo do Brasil “*deve ser preguiçoso; porque tem poucas, ou nenhuma necessidade; porque sendo vagabundo, na sua mão está arranchar-se sucessivamente em terrenos abundantes de caça ou de pesca, ou ainda mesmo de frutos silvestres, e espontâneos*”. Além disto, vivendo o homem selvático exposto ao tempo, “*não precisa de casas, e vestidos cômodos, nem dos melindres do nosso luxo: porque finalmente não tem idéia de prosperidade, nem desejos de distinções, e vaidades sociais, que são as molas poderosas que põem em atividade o homem civilizado*”.

Assim, a análise do projeto de civilização dos índios de José Bonifácio nos permite compreender aspectos relevantes do processo de constituição da nação brasileira, especialmente o enfrentamento dos homens diante do desafio de se apresentar uma proposta de educação condizente com as necessidades da época que exigiam a disciplina dos homens para o trabalho produtivo.

As propostas reformistas apresentadas por José Bonifácio demonstram seu interesse em implementar um projeto civilizador que tinha por objetivo viabilizar a nação, o que exigia empenho dos homens da época para vencer as diferenças raciais, culturais, cívicas e legais que impediam a homogeneidade da nação brasileira.

Embora no período do exílio Bonifácio aponte para o fato de que seus projetos não se concretizaram nos moldes em que foram por ele traçados, especialmente no que diz respeito ao desejo de se construir na América um país com verdadeira identidade nacional, a civilização dos índios aprece em seus escritos como condição “*sine qua non*” para a construção de um moderno Estado nacional.

Vale ressaltar que o presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica que, privilegiando as fontes primárias, procura contribuir para a produção científica que tem como foco de análise a educação no período inicial do Império brasileiro.

Voltar os olhos para o passado, através da análise dos escritos de autores de um determinado período, constitui um procedimento metodológico fundamental para compreensão do pensamento educacional, especialmente quando consideramos que as reflexões sobre as questões de uma época específica são extremamente importantes para compreensão das questões educacionais da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. **Discursos parlamentares**. Rio de Janeiro: Typ. de Molarinho & Mont'Alverne, 1880.

_____. **Obras científicas, políticas e sociais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939.

DOLHNIKOFF, Mirian. (org). **Projetos para o Brasil/José Bonifácio de Andrade e Silva**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Ana Rosa Clozet da. **Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio: 1783-1823**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.